

Projetos e reformas: 2017 promete!



Anna Gilda Dianin
Advogada
especialista em
Direito Educacional
e Direito Sindical.
Presidente do
Sinepe/Sudeste/MG

Projetos, sejam os político-pedagógicos, os de lei ou de qualquer outra natureza, são da mais alta relevância. Os primeiros são a alma de cada estabelecimento de ensino, e sua elaboração e desenvolvimento implicam a atuação de todos os setores institucionais. Quanto aos Projetos de Lei (PL), parece que estes não atraem muito o olhar dos educadores. Assim não deveria ser, pois os que dizem respeito à educação (*stricto sensu* ou na área empresarial), quando eventualmente votados e convertidos em lei, podem trazer grandes impactos sobre os projetos político-pedagógicos e/ou gestão institucional.

No campo da educação, elevado é o número de projetos de lei em tramitação. Muitos são irrelevantes e com pouca chance de avanço. Outros já se encontram em adiantada fase de tramitação. É o caso, por exemplo, da reforma do Ensino Médio, em cuja rápida aprovação o Planalto tem interesse direto.

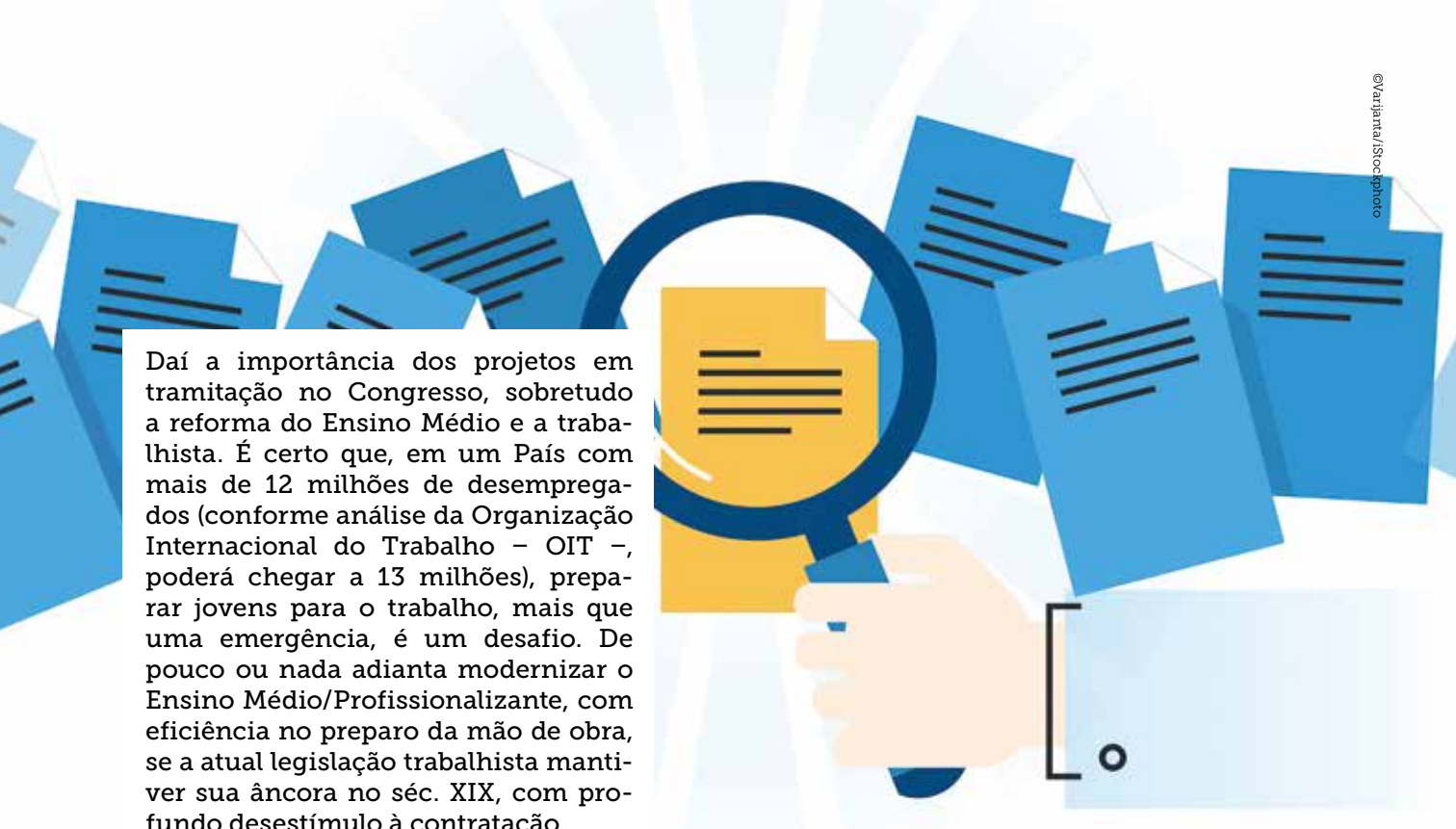
Por outro lado, o aprofundamento da crise política e a deterioração da atividade econômica motivaram o Executivo a encaminhar ao Congresso importan-

tes propostas de reformas trabalhista (PL 6787/16) e previdenciária (PEC 287/16), ambas com previsão de votação ainda no primeiro semestre, como afirma o presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

Segundo o deputado, se as reformas não avançarem, o desemprego não vai parar de subir e o crescimento não vai voltar. Ou seja, são projetos e reformas que interferem na vida das pessoas físicas e jurídicas.

Sabe-se que quaisquer deles, conjunta ou isoladamente, têm capacidade de mobilizar setores organizados da sociedade civil, potencializando riscos de greves e manifestações, polarizando ainda mais as já desgastadas relações entre empregadores/empregados, estudantes/governo e sindicatos/governos.

O ambiente social não é muito animador. Ante a turbulência presente no início de 2017, principalmente no sistema carcerário, há quem diga que o ano de 2016, de tão ruim, não acabou. Teria entrado em prorrogação. Parece não ter fim à vista o ciclo da instabilidade político-econômica, assim como a crise moral que enfrentamos.



Daí a importância dos projetos em tramitação no Congresso, sobretudo a reforma do Ensino Médio e a trabalhista. É certo que, em um País com mais de 12 milhões de desempregados (conforme análise da Organização Internacional do Trabalho – OIT –, poderá chegar a 13 milhões), preparar jovens para o trabalho, mais que uma emergência, é um desafio. De pouco ou nada adianta modernizar o Ensino Médio/Profissionalizante, com eficiência no preparo da mão de obra, se a atual legislação trabalhista mantiver sua âncora no séc. XIX, com profundo desestímulo à contratação.

Entenda-se que não agradará a todos qualquer solução que vier a ser adotada como tentativa de esvaziamento da crise e, nesses cabos de guerra que surgirão na tramitação dos projetos de lei e reformas, ganharão aqueles que se revelarem mais fortes e competentes.

Considere-se, por fim, que, em tal analogia, as escolas se encontram em acentuada desvantagem, minimamente por três razões: (i) *liderança associativa fraca*: por vaidade ou excesso de autoestima de suas lideranças – homenagens às exceções –, o setor se encontra refém de um histórico embate sobre a legalidade/legitimidade/titularidade da representação, amealhando intangíveis prejuízos para os representados; (ii) *inércia das representações existentes*: novamente com ressalva às exceções, a disputa, já crônica, conduz a uma inércia no trato de importantes temas; (iii) *imagem negativa*: a pior consequência dos itens anteriores é a dificuldade de reversão do conceito nocivo habilmente construído em torno da iniciativa privada na educação, que se traduz pelas difundidas expressões *tubarões do ensino* e *barões do ensino*.

Nesse cenário árido e pouco convidativo a investimentos na atividade produtiva, prenuncia-se um ano de 2017 com forte atividade legislativa. Os embates entre interesses colidentes ocorrem no Congresso Nacional, arena democrática por excelência. E, para tanto, nossas lideranças precisam adquirir musculatura. Os ganhos serão maiores se todo o segmento for capaz de coordenar sua atuação, com superação das diferenças e afinação do discurso.

As experiências acumuladas por anos a fio, em milhares de salas de aulas, evidenciam nossa espetacular perícia no trato com a diversidade de pensamentos, culturas e classes sociais, produzindo invejáveis resultados na transmissão do ensino.

Impõe-se que, no desenrolar do ano legislativo, as lideranças representativas do ensino privado se apropriem desse patrimônio e demonstrem o seu valor, a fim de que o segmento não colha surpresas desagradáveis ao fim e ao cabo das votações. ■

annadianin@uol.com.br